

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Portway Handling de Portugal, que opera em vários aeroportos, é uma empresa detida a 100% pelo grupo VINCI/ANA, que ao longo dos últimos anos arrecadou mais de 800 milhões de euros em lucros, num sector de atividade - os aeroportos - que deveria ser público e estar ao serviço do País.

Foram os trabalhadores dos aeroportos nacionais que geraram esta riqueza e nesta situação de crise do sector da aviação decorrente da COVID-19 foram também estes mesmos trabalhadores a pagar de imediato a fatura com o ataque das empresas aos seus direitos laborais, através: da imposição de férias, do corte ao seu salário, de despedimentos.

Na Portway, logo em Março, foram despedidos vários trabalhadores entre os quais trabalhadores com vínculos precários (de empresas de trabalho temporário que prestam serviços nos aeroportos de forma permanente) e outros tantos trabalhadores que não viram os seus contratos renovados, conforme na altura o denunciámos.

Foi criado por este Governo um regime de *lay-off* simplificado, através do qual as empresas obtiveram apoios financeiros, bem como isenções de contribuições para a Segurança Social a seu cargo relativamente aos trabalhadores abrangidos, podendo ainda usufruir de um plano extraordinário de formação e de incentivos financeiros de apoio à retoma da atividade.

Na Portway trabalham mais de 1700 trabalhadores dos quais 1204 trabalhadores estiveram em "*lay-off*" e viram reduzidos os seus salários.

Em Agosto a empresa retomou a atividade e 170 trabalhadores foram contactados com vista à apresentação de acordo para rescisão, sem subsídio de desemprego, sob ameaça de despedimento coletivo para início de 2021, o que os trabalhadores recusaram.

De acordo com informação transmitida ao Grupo Parlamentar do PCP, a empresa tem em curso um pedido de estatuto de empresa em reestruturação, que poderá significar mais

despedimentos, com profundos prejuízos para os trabalhadores e mesmo para a Segurança Social.

Mais uma vez (e conforme o PCP tem denunciado), o que se verifica nesta situação é um aproveitamento da atual situação da COVID-19 e dos recursos da Segurança Social, que posteriormente serão utilizados para despedir trabalhadores.

O PCP considera que esta situação é inaceitável. O que se impõe é a defesa dos postos de trabalho e não instrumentos para despedir.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação, nomeadamente da chantagem da Portway sobre os trabalhadores?
2. Que ações inspetivas da ACT foram levadas a cabo?
3. Irá esta empresa beneficiar de apoios previstos para posteriormente despedir trabalhadores?
4. Que medidas vai o Governo tomar para salvaguardar todos os postos de trabalho e garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 26 de novembro de 2020

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)